



NOVA FRIBURGO

P R E F E I T U R A

PREGÃO ELETRÔNICO 121/2022

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA especializada para serviços de criação, manutenção e hospedagem de *website* e desenvolvimento e manutenção de aplicativo utilitário para dispositivos móveis, com o objetivo de atender às necessidades da secretaria municipal de turismo e marketing da cidade, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 22/07/2022.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2022

ÍNDICE

1. PREÂMBULO	4
2. OBJETO	4
3. ESPECIFICAÇÕES	4
4. PREÇO ESTIMADO	8
5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	8
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	8
7. PARTICIPAÇÃO DE ME'S/EPP'S E EQUIPARADAS	9
8. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME	9
9. REVISÃO E REAJUSTE DE PREÇOS	11
10. ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	11
11. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	13
12. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	13
13. MODO DE DISPUTA E FORMULAÇÃO DE LANCES	14
14. DOS BENEFÍCIOS DAS ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS, NA FASE DE JULGAMENTO	15
15. NEGOCIAÇÃO	16
16. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA MELHOR CLASSIFICADA	16
17. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	17
18. HABILITAÇÃO JURÍDICA	18
19. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	19
20. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	20
21. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E EXIGÊNCIAS	21
22. RECURSOS	22
23. DAS GARANTIAS	22



24. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	22
25. INSTRUMENTO DE AJUSTE	24
26. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO	25
27. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	26
28. CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL.....	26



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2022

1. PREÂMBULO

Torna-se público para conhecimento dos interessados que o **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**, sediado na Av Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo, RJ, realizará licitação, participação **AMPLA**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 599 de 03 de junho de 2020, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Complementar nº 123/06, bem como considerando as alterações promovidas no Sistema Comprasnet SIASG pelo Decreto Federal nº 10.024/19.

Processo: 22.071/2021

Data da sessão: 22/07/2022

Horário: 10h

Local: Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras

UASG:985867

ANEXOS DO EDITAL

Integram este edital os seguintes Anexos:

- I – Termo de Referência**
- II – Planilha Orçamentária**
- III - Modelo de Proposta de Preços**
- IV - Modelo Minuta de Contrato**
- V - Declaração Unificada**

2. OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a futura e eventual Contratação de empresa especializada para serviços de criação, manutenção e hospedagem de *website* e desenvolvimento e manutenção de aplicativo utilitário para dispositivos móveis, com o objetivo de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital.

2.2. NO CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE A ESPECIFICAÇÃO CONTIDA NESTE EDITAL E NO SISTEMA COMPRASNET SIASG, PREVALECERÁ A DESCRITA NESTE EDITAL EM SEUS ANEXOS.

3. ESPECIFICAÇÕES



- O serviço solicitado deverá ser composto de criação, manutenção e hospedagem de website de promoção do destino turístico Nova Friburgo e desenvolvimento e manutenção de aplicativo utilitário para dispositivos móveis, com conteúdo dinâmico e administrável, visando demonstrar aos usuários informações sobre turismo e eventos na cidade, bem como sobre as áreas de atuação da Secretaria de Turismo e Marketing da Cidade, além de criar um canal mais próximo para levar informações aos cidadãos e visitantes do município, compreendendo o seguinte:

Item	Descrição	Und.	Total
01	Criação e desenvolvimento de ferramenta de gerenciamento de conteúdo	Und.	01
02	Locação de hospedagem e serviço de manutenção	Mês	12
03	Criação e desenvolvimento de aplicativo utilitário para dispositivos móveis	Und	01
04	Manutenção do aplicativo utilitário para dispositivos móveis	Mês	12

- Os itens acima relacionados deverão compreender as seguintes definições:
- 3.1. **Item 01 - Criação e desenvolvimento de ferramenta de gerenciamento de conteúdo**
- Criação e desenvolvimento de uma ferramenta de implementação e gerenciamento de website promocional.
 - Personalização do portal com os símbolos, fotos e cores da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ou temas sugeridos pela Secretaria de Turismo.
 - A Contratada deverá estar ciente de que a ferramenta de implementação e gerenciamento de website promocional desenvolvida, bem como todo seu conteúdo, pertencerá ao município, devendo a Contratada disponibilizar os meios necessários para administração do portal pela municipalidade, mesmo após o término ou rescisão do contrato.
- 3.2. **Item 02 - Locação de hospedagem e serviço de manutenção do website**
- A locação de hospedagem consiste em aluguel de um espaço digital para armazenamento de arquivos mantendo-os 24h on-line e acessível.
 - Esta locação será de responsabilidade da contratada, durante a vigência do contrato, e deverá prover todas as condições necessárias para o perfeito funcionamento do mesmo. Isto inclui medidas de segurança, como firewall e backups dos dados. Além disso, o espaço



para armazenamento dos dados deverá ser em SSD de no mínimo 80GB, com possibilidade de upgrade, se necessário. O backup das informações deve ser realizado diariamente permitindo que haja restauração das informações em até três dias. A contratada deverá oferecer contas de acesso para que a Secretaria de Turismo possa acessar os arquivos do site. Caso a Secretaria de Turismo, em algum momento, necessite fazer a hospedagem em outro local, a contratada deverá cooperar e auxiliar, prestando total suporte em tal procedimento.

- O Serviço de Manutenção consiste em eventuais modificações no template e na alimentação contínua de conteúdo no Portal, bem como efetuar alterações técnicas de programação no site, conforme solicitação da Secretaria de Turismo.
- Contempla treinamento, objetivando a capacitação de pelo menos 02 (dois) servidores para operar o sistema e potencializar a utilização dos recursos e assessoria na implantação quando da inserção das informações solicitadas pela Secretaria de Turismo e a realização dos primeiros procedimentos de implantação do website, bem como publicar conteúdo no site, fornecendo-lhes todos os meios necessários para acesso aos arquivos e sistemas.
- Prevê serviços de consultoria via telefone, e-mail e help desk online, no horário de funcionamento da Secretaria de Turismo, em dias úteis, para a solução de problemas técnicos e solução de dúvidas de caráter operacional dos usuários do sistema.
- Visando à proteção de dados, a contratada deverá impreterivelmente seguir as normas determinadas na Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- Novas funcionalidades e atualizações poderão ser disponibilizadas gratuitamente pela contratada a seu critério visando atender melhorias e serviços, mediante consentimento da Secretaria de Turismo.

3.3. Item 03 - Criação e desenvolvimento de aplicativo utilitário para dispositivos móveis

- Criação e desenvolvimento de uma ferramenta de aplicativo (App) utilitário para dispositivos móveis, compatível com os Sistemas Operacionais IOS e Android, colocando-o disponível gratuitamente para download em todas as lojas de aplicativos dos Sistemas Operacionais supracitados.
- Forma de desenvolvimento deverá utilizar uma linguagem ou framework de programação



que gere código nativo no SDK de cada plataforma, o ADT (Android Developer Tools) para Android e XCode para iOS;

- Personalização do aplicativo com os símbolos, fotos e cores da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ou temas sugeridos pela Secretaria de Turismo.

3.4. Item 04 - Locação de hospedagem e serviço de manutenção do Aplicativo (App)

- A locação de espaço digital em nuvem para hospedagem e armazenamento de arquivos de aplicativo móvel, mantendo-os 24h on-line e acessível.
- Esta locação será de responsabilidade da contratada, que deverá obter autorização do órgão público para criação de conta nas lojas de aplicativo (no mínimo Apple Store e Play Store) em nome do Município de Nova Friburgo, e deverá prover todas as condições e medidas de segurança necessárias para o perfeito funcionamento do mesmo.
- Além disso, não deve haver restrições de espaço para armazenamento dos dados e muito menos de acessos simultâneos que venham a prejudicar o bom funcionamento do aplicativo.
- O backup das informações deve ser realizado diariamente permitindo que haja restauração das informações para até três dias.
- A contratada deverá oferecer contas com login e senha de acesso para que a Secretaria de Turismo possa acessar os arquivos do site. Caso a Secretaria de Turismo, em algum momento, necessite fazer a hospedagem em outro local, a contratada deverá cooperar e auxiliar, prestando total suporte em tal procedimento.
- O Serviço de Manutenção consiste em eventuais modificações no template e na alimentação contínua de conteúdo no aplicativo, bem como efetuar alterações técnicas de programação do mesmo para atender novos projetos, conforme solicitação da Secretaria de Turismo.
- Contempla treinamento, objetivando a capacitação dos usuários para operar o sistema e potencializar a utilização dos recursos e assessoria na implantação quando da inserção das informações solicitadas pela Secretaria de Turismo e a realização dos primeiros procedimentos de implantação do aplicativo. Deverá também, capacitar os servidores indicados pela Secretaria a publicar conteúdo do aplicativo, fornecendo-lhes todos os meios necessários para acesso aos arquivos e sistemas.
- Prevê serviços de consultoria via telefone, e-mail e help desk online, no horário de



funcionamento da Secretaria de Turismo, em dias úteis, para a solução de problemas técnicos e solução de dúvidas de caráter operacional dos usuários do sistema.

- Visando à proteção de dados, a contratada deverá impreterivelmente seguir as normas determinadas na Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- Novas funcionalidades e atualizações poderão ser disponibilizadas gratuitamente pela contratada a seu critério visando atender melhorias e serviços, mediante consentimento da Secretaria de Turismo.

4. PREÇO ESTIMADO

4.1. O preço global estimado da presente licitação é de **R\$ 161.300,00 (cento e sessenta e um mil e trezentos reais)**, conforme PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – ANEXO II deste Edital.

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto previsto no presente Termo de Referência correrão por conta dos elementos de despesa e fontes de recurso abaixo, da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade:

Elemento de Despesa:	33.90.40-01
Fonte de Recurso:	01
Programa de Trabalho:	17.001.04.122.00012.0.02

2.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
CNPJ: 28.606.630/0001-23,
ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO
NOVA FRIBURGO – RJ - CEP: 28613-001.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às seguintes exigências:

6.2. Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame



dos atos constitutivos da empresa;

6.3. Estejam regularmente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores–SICAF e no sítio www.gov.br/compras;

6.4. Disponham de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do sistema Comprasnet SIASG para sua correta utilização;

6.5. Atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos.

7. PARTICIPAÇÃO DE ME'S/EPP'S E EQUIPARADAS

7.1. Poderão participar, ainda, as empresas que cumpram os requisitos legais para efeito de qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas, e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame .

7.2. As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico tal condição, ostentando os requisitos previstos no referido dispositivo legal, em especial quanto ao seu artigo 3º.

8. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

8.1. Não poderão concorrer neste Pregão as sociedades empresariais e empresários:

8.1.1. **Suspensas temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Municipal** Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93, ou do artigo 7º da Lei Federal nº10.520/02;

8.1.2. **Impedidas de participar da licitação**, nos termos do inciso IV, do art.87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;

8.1.3. **A forma de cooperativas ou em consórcio de empresas ou grupo de empresas**, qualquer que seja a sua forma de constituição;

8.1.4. Sociedades empresariais que estiverem em **concordata, em recuperação judicial, recuperação extra judicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extra judicial.**



8.1.4.1. Será **permitida** a participação de empresa em recuperação judicial **com plano de recuperação homologado** pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

8.1.5. **Sociedade empresarial ou empresário proibido de contratar com o Poder Público**, em razão do disposto no artigo 72, § 8º, V, da Lei Federal nº 9.605/98 (**Lei dos Crimes Ambientais**);

8.1.6. **Empresário ou sociedade empresária proibido de contratar com o Poder Público**, nos termos do art. 12, inciso III, da Lei nº 8.429/92 (**Lei da Improbidade Administrativa**);

8.1.7. Que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

8.1.8. Entende-se por “participação indireta” a que alude o artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;

8.1.9. **Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico**, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

8.1.10. **Sociedade estrangeira** não autorizada a funcionar no País;

8.2. Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

8.3. Não poderão participar os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculada ao Município de Nova Friburgo, bem como as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

8.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência



de tal investidora.

9. REVISÃO E REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93, devidamente comprovadas.

9.2. Enquanto não reajustado o contrato presume-se o seu equilíbrio.

9.3. No caso de prorrogação do prazo contratual e desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, no reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados utilizando-se a variação do índice de Preços ao Consumidor – IPC – FIPE ou outro que vier a substituí-lo.

9.4. Aplicação do índice de reajuste se fará a requerimento da contratada.

9.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar a memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que ocorrer.

9.6. Nas aferições finais, o índice utilizado será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituto, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.9. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento de contrato.

10. ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico Comprasnet-SIASG, **suas respectivas propostas com a descrição do objeto e os preços ofertados, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

10.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema



eletrônico, dos seguintes campos:

10.2.1. Valor total global;

10.2.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

10.3. No caso de divergência entre a especificação contida no Termo de Referência e no Sistema Comprasnet SIASG (CATMAT/CATSER), prevalecerá a descrita neste edital.

10.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviços.

10.6. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.7. Além de outras informações demandadas pelo sistema eletrônico, deverão consignar que compreendem a descrição do(s) serviço(s) ofertado(s), o(s) preço(s) unitário(s) e total(ais) do(s) item(ns) para o(s) qual(ais) pretende oferecer proposta, de acordo com o TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital; que a proposta formulada está compatível com o edital e seus anexos; o prazo de prestação de serviços, contado do recebimento da solicitação do MNF-RJ; o prazo de validade da proposta comercial.

10.8. No momento de inserção da proposta, a licitante deverá registrar correlatamente as seguintes situações:

10.8.1. Manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**;

10.8.2. Declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que **cumpre plenamente os requisitos de habilitação** e que **sua proposta está em conformidade com** as exigências desse Edital e do Termo de Referência;

10.8.3. Declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que **não emprega menores** de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

10.8.4. Declarar em campo próprio do sistema eletrônico, **caso** esteja **enquadrada** na condição de **microempresas(ME)** ou **empresas de pequeno porte(EPP)**, que ostentando os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

10.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à



conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

10.10. O formulário da proposta comercial, em sua forma prevista no Anexo III do edital de licitação, somente será utilizado pelo licitante vencedor, com vistas à readequação de sua oferta final.

10.11. O prazo de validade da proposta comercial será de 90 (noventa) dias contados da data limite para apresentação das propostas.

10.12. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso, persista o interesse do MNF-RJ este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10.13. Até a data e horário marcados para a abertura da sessão da licitação, as licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e os **documentos de habilitação** anteriormente encaminhados, sendo esta possibilidade automaticamente inviabilizada logo após findado este período.

11. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A abertura da sessão pública deste PREGÃO ELETRÔNICO, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico : www.gov.br/compras

11.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (*chat*).

11.3. Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

12. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1. Como critério para a análise da conformidade das propostas serão observados os requisitos do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I e do MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO III deste edital.

12.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.



12.3. Poderão ser desclassificadas as propostas em desacordo com as especificações do Termo de Referências, mesmo que estejam dentro da especificação cadastrada no Sistema Comprasnet (CATMAT/CATSER), nos casos em que houver divergência entre uma e outra.

12.4. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, sendo acompanhada, em tempo real, por todos os participantes.

12.5. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

12.6. Como critério de julgamento das propostas, será adotado o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

12.7. Como critério de aceitabilidade de preços das propostas será(ão) adotado(s) o(s) preço(s) unitário(s) estimado(s), ou seja, após a fase de lances não serão aceitas propostas cujo(s) preço(s) unitário(s) seja(m) superior(es) ao(s) estimado(s) na PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – ANEXO II deste edital.

13. MODO DE DISPUTA E FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1. Será adotado neste pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

13.2. - Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

13.3. - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Decorrido esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

13.4. Encerrado o prazo previsto, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10 (dez) por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

13.5. - Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

13.6. - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

13.7. - Não havendo lance final classificado nas formas estabelecidas nos itens anteriores,



haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

13.8. - Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

13.9. Para fins da apresentação dos lances durante a sessão pública da licitação, o valor a ser considerado é o **menor preço global**.

13.10. - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

13.11. - As licitantes somente poderão ofertar lances inferiores ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

13.12. - As licitantes poderão, ainda, apresentar lances iguais ou superiores ao lance melhor classificado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.

13.13. - Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

13.14. - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

13.15. - Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexecutável.

13.16. - Ao final da etapa competitiva, serão aplicados, caso necessário, os critérios de desempate previstos no § 2º do art.3º da Lei Federal nº8.666/93.

13.17. - Permanecendo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

14. DOS BENEFÍCIOS DAS ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS, NA FASE DE JULGAMENTO

14.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada e houver proposta apresentada por uma dessas em valor até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

14.1.1. A microempresa, a empresa de pequeno porte ou equiparada, mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo



sistema, após convocação do pregoeiro, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;

14.1.2. Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

14.1.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação, a licitante for considerada habilitada e tiver sua amostra aceita, se for o caso.

14.1.4. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15. NEGOCIAÇÃO

15.1. Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro deverá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida a melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

15.2. A negociação será realizada por meio do sistema Comprasnet SIASG, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

16. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA MELHOR CLASSIFICADA

16.1. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço com o valor estimado para a contratação.

16.2. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta comercial, com os respectivos valores readequados ao valor total vencedor, e observando o limite máximo dos preços unitários estipulados na PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – ANEXO II deste edital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do pregoeiro.



16.3. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com até duas casas decimais (0,00).

16.4. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços praticados no mercado acrescidos dos respectivos encargos.

16.5. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO para orientar sua decisão.

16.6. Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

16.7. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.

16.8. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

17. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

17.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

17.2. SICAF;

17.3. Consulta consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

17.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

17.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

17.6. Caso atendidas as condições de participação a habilitação, das licitantes, será verificada por meio do SICAF, com base nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação especificada neste edital.

17.7. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da verificação pelo pregoeiro, ou encaminhar, em conjunto



com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

17.8. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

17.9. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados nos termos do disposto neste edital.

17.10. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, estes deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do pregoeiro.

17.11. Somente os documentos e anexos exigidos, mediante juízo e solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

17.12. A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

18. HABILITAÇÃO JURÍDICA

18.1. Registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária;

18.2. Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;

18.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no órgão correspondente;

18.4. Cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações, no caso de sociedades anônimas;

18.5. Documentos que indiquem os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social em vigor, no caso das demais sociedades;

18.6. Cópia do decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro



ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.

18.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

19. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

19.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

19.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal, conforme o caso, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto lícito;

19.3. Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS), através da apresentação da **Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, ou **Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas *a* a *d*, do parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 8.212, de 1991;

19.4. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do **Certificado de Regularidade do FGTS – CRF**, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

19.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de **Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS)** expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal, e da **Certidão da Dívida Ativa Estadual** comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra (s) equivalente (s), tal (tais) como certidão (ões) positiva(s) com efeito de negativa (s), na formada lei;

19.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de **Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS)** expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da **Certidão da Dívida Ativa Municipal** comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;

19.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)** ou da **Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas** com os mesmos efeitos da negativa (CNDT).

19.8. DOS BENEFÍCIOS FISCAIS DA ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS:

19.8.1. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão



apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

19.8.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração do **MNF-RJ**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

19.8.3. A falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

20. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

20.1. Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

20.1.1. Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficiado desta Comarca.

20.1.2. A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas.

20.1.3. No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

20.1.4. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

20.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais



de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

20.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

20.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

20.3. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

20.3.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

20.3.2. As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

21. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E EXIGÊNCIAS

21.1. – Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital, com clara menção do produto e execução bem-sucedida, quanto ao cumprimento, especificações e qualidade dos mesmos. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.



22. RECURSOS

22.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, dentro do prazo recursal registrado pelo pregoeiro no Sistema Comprasnet SIASG, motivadamente manifestar, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões.

22.2. Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para o encaminhamento, por meio do sistema eletrônico, das razões do recurso, ficando as demais licitantes, após a apresentação das razões, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, contado do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

22.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

22.4. Cabe ao pregoeiro verificar as condições de admissibilidade do recurso, no que tange à presença dos pressupostos recursais de tempestividade, legitimidade, sucumbência, motivação e interesse.

22.5. Mantida a decisão recorrida pelo pregoeiro, o recurso será encaminhado à autoridade superior devidamente relatado.

22.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

22.7. Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao titular da Secretaria de Educação do Município de Nova Friburgo - RJ, que decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro e parecer da Procuradoria Geral Municipal.

22.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o titular da Secretaria de Educação do Município de Nova Friburgo - RJ adjudicará o objeto e homologará a licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances.

23. DAS GARANTIAS

23.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

24. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes,



ensinará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

24.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:

- a) Inexecutar, total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não mantiver a proposta.

24.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

24.3.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

24.3.2. multa moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

24.3.2.1. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do empenho, no caso de inexecução total dos serviços;

24.3.2.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

24.3.2.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com órgão, entidade ou unidade administrativa da Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

24.3.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

24.3.3. As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ou cobradas



diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

24.3.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/93, as empresas ou profissionais que:

24.3.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

24.3.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

24.3.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

24.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

24.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

25. INSTRUMENTO DE AJUSTE

25.1. – No caso de necessidade da Administração, será a licitante vencedora convocada para a retirada da Nota de Empenho no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

25.2. - A convocação a que e refere o subitem anterior far-se-á através de comunicação endereçada diretamente à licitante vencedora, dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

25.3. - O prazo estabelecido no documento da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte durante o seu transcurso e se acolhidas pela Administração as justificativas apresentadas.

25.4. - Para retirada do empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital.

25.5. - Nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, o presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da nota de empenho de despesa, a qual substituirá o instrumento de contrato.

25.6. - A recusa injustificada do adjudicatário em retirar a nota de empenho, até 05 (cinco) dias úteis após sua convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, e facultando ao Município de Nova Friburgo convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação ou revogar a licitação.



26. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

26.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993 e do Decreto nº 2,271, de 1997

26.2. Caso as decisões e providências ultrapassem a competência do(s) representante(s), deverá solicitar a seus superiores, em tempo hábil, a adoção das medidas convenientes.

26.3. Ficam eleitos os servidores Flávio Júnior Blaudt Cler, mat. 062.159 na função de Gestor e André Luis Ricarte Ramalho, mat. 199.196, na função de Gestor Substituto, Ozório Junior Tardin da Silva, mat. 100.022 na função de Fiscal e Michelle Mendes Cordeiro Salarini, mat. 062.155 na função de Fiscal Substituto, sendo os representantes da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade para o acompanhamento e controle da execução dos serviços.

26.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

26.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.tercei

26.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

26.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

26.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

26.9. O representante da Contratante deverá proceder de forma a atender as regras e diretrizes do procedimento de contratação, acompanhamento e fiscalização de serviços conforme Decreto Municipal nº 238, de 13 de setembro de 2018.

26.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada,



inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

27. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

27.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- Certificado de Regularidade com o FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

27.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

27.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

27.4. Salientamos que o pagamento relativo aos **Item 01 - Criação e desenvolvimento de ferramenta de gerenciamento de conteúdo** e **Item 03 - Criação e desenvolvimento de aplicativo utilitário para dispositivos móveis**, só ocorrerá após a aprovação, por parte da Secretaria de Turismo e que as parcelas referentes à manutenção da ferramenta de gerenciamento e do aplicativo só começarão a ser efetuadas após a implementação dos mesmos.

28. CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL

28.1. Qualquer pedido de esclarecimento ou de impugnação deverá ser enviado eletronicamente ao pregoeiro no endereço pregaoeletronico.friburgo@gmail.com até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada no edital para abertura da sessão pública.

28.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimento até o dia útil anterior à data de abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.



28.3. A impugnação não possui efeito suspensivo e sim a decisão, que será proferida até o dia útil anterior à data de abertura do certame, caberá ao titular da Secretaria de Educação.

28.4. As respostas aos pedidos de esclarecimento e de impugnação serão divulgadas concomitantemente nos endereços eletrônicos www.novafriburgo.rj.gov.br e www.gov.br/compras para conhecimento geral e dos interessados em participar da licitação, e vincularão os participantes e a Administração quanto ao seu conteúdo.

28.5. É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

28.6. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação às participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

28.7. A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público fundado em fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame, se constatado vício no seu processamento.

28.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

28.9. O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação poderá ser feito através dos endereços eletrônicos www.novafriburgo.rj.gov.br ou www.gov.br/compras

28.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio.

28.10. O Município de Nova Friburgo e as licitantes do certame elegem o foro do Município de Nova Friburgo para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente edital.

Nova Friburgo, 06 de julho de 2022.

Renan da Silva Alves

Secretário Municipal de Turismo e Marketing da Cidade

Mat.: 062.790